

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA – FACER.
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

BEATRIZ ARRIEL GONZAGA

Associação Educativa Evangélica
BIBLIOTECA

**A PERSPECTIVA DOS ACADÊMICOS DA FACER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO
ORGANIZACIONAL.**

30011
saou

Tom. nº	16002
Classif.	658:502/4(217.3)
Ex.	01 Beatriz Gonzaga
	2009
Origem:	d
Data:	05/02/2010

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA – FACER.
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

BEATRIZ ARRIEL GONZAGA

Associação Educativa Evangélica
BIBLIOTECA

**A PERSPECTIVA DOS ACADÊMICOS DA FACER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO
ORGANIZACIONAL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba FACER, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, sob orientação do Ms. Marco Antônio Pereira de Abreu.

RUBIATABA-GO
2009

BEATRIZ ARRIEL GONZAGA

**A PERSPECTIVA DOS ACADÊMICOS DA FACER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO
ORGANIZACIONAL.**

Associação Educativa Evangélica
BIBLIOTECA

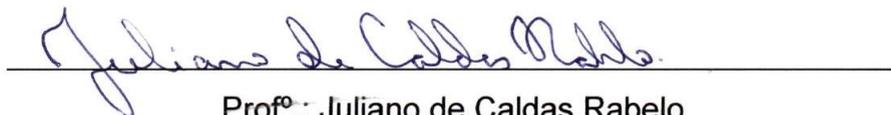
**FOLHA DE AVALIAÇÃO
MONOGRAFIA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE GRADUADO PELA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA**

Resultado: _____



Prof^o.: Ms. Marco Antônio Pereira de Abreu.

Orientador



Prof^o.: Juliano de Caldas Rabelo

Especialista em Educação e Gestão Empresarial



Prof^o.: Gilda Aparecida Nascimento

Especialista em Matemática

Rubiataba, 18 de Janeiro de 2010.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, porque sem Ele eu nada seria.

Ao meu pai João Arriel, à minha mãe Beatriz Gonzaga que é a luz da minha vida e ambos me ensinaram a acreditar em Deus e não mediram esforços para me ajudar.

À minha irmã Ireni Arriel, por ser mais que uma irmã, uma companheira de todas as horas; ao meu namorado Jesus Rodrigues por sempre estar ao meu lado; aos meus outros irmãos, sobrinhos, afilhados, amigos, colegas de sala e a todas as pessoas que eu amo e que torceram muito por mim.

E não menos importante a uma grande amiga, que Deus me deu a oportunidade de conhecer nestes anos de estudos na Faculdade, uma pessoa que sempre quero ter a amizade, que é minha amiga Patrícia de Almeida Abreu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo o que eu tenho. Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me apoiando. Aos meus familiares, aos meus amigos e a todos que me ajudaram nesta caminhada. À um grande professor que sempre admirei pela sua humildade e pelo seu caráter, mas nunca tive oportunidade de lhe falar isso, o professor Francinaldo de Paula, agradeço também a todos os professores que passaram por minha vida e contribuíram muito para o meu saber.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os
homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”
(Paulo Freire).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero.....	38
Gráfico 2: Faixa etária (idade).....	39
Gráfico 3: Você é acadêmico(a) de qual curso da FACER?.....	40
Gráfico 4: Área em que reside no município de Rubiataba.....	41
Gráfico 5: Conhecimento sobre Educação Ambiental são:.....	42
Gráfico 6: Conhecimento sobre o atual estado de degradação do Meio Ambiente em Rubiataba.....	43
Gráfico 7: Preocupação com a atual situação de degradação do Meio Ambiente em Rubiataba.....	44
Gráfico 8: Satisfação com as ações do poder público na preservação do Meio Ambiente em Rubiataba.....	45
Gráfico 9: Você tem feito ou pretende fazer algo para contribuir com a Educação Ambiental e na preservação do M.A. em Rubiataba?.....	46
Gráfico 10: Você considera que a Educação Ambiental é um instrumento necessário para o desenvolvimento da sociedade rubiatabense?.....	46
Gráfico 11: Nível de preocupação do acadêmico com a degradação ambiental:.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

APP – Área de Preservação Permanente.

FACER – Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba.

M. A. – Meio Ambiente.

SGA – Sistema de Gestão Ambiental.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Plano de ação na implantação da Gestão Ambiental nas empresas.....22

RESUMO

Neste trabalho monográfico apresenta-se uma reflexão que envolve a Educação Ambiental com o homem e toda a sociedade em geral. Mostrando seus benefícios quando empregada na sociedade, fazendo com que possa minimizar conflitos de degradação ambiental e utilizar os recursos naturais de forma racional e sustentável. E tem como finalidade identificar o direcionamento da percepção dos acadêmicos da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba - FACER, sobre a problemática ambiental existente no município de Rubiataba-GO e a importância da Educação Ambiental empregada em uma sociedade organizacional consumista, e estes contribuíram com seus conhecimentos, através de questionário aplicado aos acadêmicos para chegar às considerações finais, que foi constatado que os acadêmicos têm uma percepção à degradação do Meio Ambiente no município, e ainda, uma relação de conhecimento com a Educação Ambiental, através destes resultados será apresentado sugestões para a inclusão da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; meio ambiente; sociedade e degradação ambiental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2 PROBLEMÁTICA.....	13
3 JUSTIFICATIVA.....	14
4 OBJETIVOS.....	15
4.1 Geral.....	15
4.2 Específicos.....	15
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
5.1 Conceitos e definições acerca da Educação Ambiental e suas aplicações no processo organizacional.....	16
5.1.1 Educação Ambiental.....	16
5.1.2 Meio Ambiente.....	18
5.1.3 Desenvolvimento Sustentável.....	19
5.1.4 Responsabilidade Socioambiental.....	20
5.1.5 Gestão Ambiental.....	21
5.2 Inclusão da Educação Ambiental nas organizações e seus benefícios.....	24
5.2.1 Educação Ambiental na Sociedade.....	24
5.2.2 Educação Ambiental na Agricultura.....	27
5.2.3 Educação Ambiental no meio empresarial.....	30
5.2.4 Educação Ambiental nas políticas públicas.....	32
6 METOLOGIA.....	34
6.1 Tipo e abordagem da pesquisa.....	34
6.2 Método da pesquisa.....	35
6.2.1 Pesquisa bibliográfica.....	35
6.2.2 Pesquisa de campo.....	35
6.3 Coleta de dados.....	35
6.3.1 Questionário.....	36
6.3.2 Levantamento documental.....	36
6.3.3 Levantamento bibliográfico.....	36
6.4 Unidade de observação.....	36
6.5 Universo e Amostra.....	37
6.5.1 Universo.....	37

6.5.2 Amostra.....	37
6.6 Análise dos dados.....	37
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
9 SUGESTÕES.....	51
10 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	52
APÊNDICE.....	55
ANEXO.....	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda um tema sobre o meio ambiente, que é muito discutido atualmente e é alvo de preocupações e interesses, assim, será estudado o assunto que é a percepção dos acadêmicos da FACER sobre a importância da Educação Ambiental no município de Rubiataba. Percebe-se a necessidade de fazer emergir essas discussões, porque na atualidade, as pessoas de certa forma não estão sabendo da gravidade que é a devastação do meio ambiente. Se não cuidar das questões ambientais no presente, poderá acarretar grandes problemas para gerações futuras.

No contexto deste trabalho, encontrará conceitos e definições a cerca da Educação Ambiental, que poderá explicar de uma forma objetiva o que seria tais questões, que na atualidade é muito citada, mas na verdade se for proferir na integridade não saberão como definir. Também serão retratados assuntos de muita importância ao meio ambiente, que é a inclusão da Educação Ambiental nas organizações e quais os benefícios que estas terão com a inclusão da Educação Ambiental.

Com o desenvolvimento deste trabalho serão expostas as percepções dos acadêmicos sobre a Educação Ambiental no município de Rubiataba e estas percepções serão apresentadas através de gráficos para melhores entendimentos. E com esses resultados poderá chegar às Considerações Finais e até dar Sugestões para o controle de degradação do meio ambiente em Rubiataba-GO.

2 PROBLEMÁTICA

O atual sistema de produção, ou seja, alto volume de produção para o atendimento a uma demanda crescente tem como consequência considerada contribuição na construção de um cenário de degradação do meio ambiente. Há muitos impactos causados ao meio ambiente através da produção e eliminação de resíduos industriais, e estes, não são uma das principais preocupações centrais em políticas internas das organizações e das políticas públicas em muitos municípios. Sendo uma percepção muito comum na sociedade, que quando há uma preocupação em preservar o meio ambiente e fazer o uso racional dos recursos naturais por grande parte de indústrias, tem sido uma preocupação um tanto ideológica. Há uma busca por essa integração entre interesses, visto que a preocupação está sustentada na conciliação do desenvolvimento social e empresarial com a sustentabilidade ambiental.

Delimitando, o objeto de estudo aos acadêmicos da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER, percebe-se a necessidade de fazer emergir discussões que possam identificar as preocupações dos acadêmicos em torno do tema em questão que é a percepção da importância da educação ambiental no município de Rubiataba e sua influência na dinâmica organizacional nos diferentes meios de aplicações administrativas ante as questões ambientais, dado o fato que no município objeto de estudo há um considerado número de organizações implantadas, e portanto, buscou-se verificar se há interesse por parte de seus gestores e integrantes, o conhecimento quanto ao desenvolvimento da Educação Ambiental na sociedade organizacional¹ e em sua própria organização no município rubiatabense. Portanto, o presente estudo vem buscar a resposta para a seguinte pergunta: quais as percepções da população acadêmica quanto à educação ambiental e como estes, enquanto acadêmicos formadores de opinião podem contribuir para o desenvolver da educação ambiental e se ela representa um instrumento necessário ao desenvolvimento da sociedade empresarial?

¹ A sociedade Organizacional pode ser entendida de diferentes formas, no entanto, no decorrer deste trabalho, entende-se por este termo o grupo de pessoas contidas num ambiente empresarial.

3 JUSTIFICATIVA

O meio ambiente encontra-se em constante transformação e vive-se em uma época em que a questão ambiental é alvo de discussões e preocupações no meio social, e partindo do princípio de que as organizações empresariais têm o poder de influenciar ou ao menos criar tendências que estimulem o aumento do consumo de bens industrializados cuja origem, quase sempre, vem dos recursos naturais disponíveis, cabe, então, ao administrador estar apto no planejamento de estratégias que conciliem a convivência das organizações empresariais com o meio ambiente ante um cenário evolutivo de degradação.

Especificamente, a degradação tem sua origem a partir das atividades empresariais e da própria sociedade, onde a maioria de seus integrantes, ou seja, da população, desconhece sobre o uso sustentável do Meio Ambiente, ainda que existindo projetos e leis ambientais municipais, que não são colocados totalmente em práticas na educação e controle da degradação e impactos ambientais nos municípios. Também, a maior parte da sociedade não demonstra o devido interesse por esta questão que tem sido motivo de discussão e preocupação em todo o planeta.

Tal necessidade justifica-se principalmente, pois, a construção deste trabalho, em torno da proposta de se buscar meios que possam identificar o direcionamento da preocupação que os acadêmicos da FACER têm sobre o assunto proposto, e se há interesse em formular ações que possam contribuir para reverter a atual situação de degradação no meio ambiente no município de Rubiataba. Assim, o estudo poderá influenciar o aluno a dar atenção aos problemas existentes e também querer se reeducar seus hábitos diante ao meio ambiente em que vive.

4 OBJETIVOS

4.1 Geral

Pesquisar os acadêmicos da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba residentes no município de Rubiataba-GO, buscar compreender quais as percepções da população acadêmica quanto à Educação Ambiental e como estes, enquanto acadêmicos formadores de opinião podem contribuir para desenvolver a Educação Ambiental e se ela representa um instrumento necessário ao desenvolvimento da sociedade organizacional.

4.2 Específicos

- Aplicar um questionário para identificar o direcionamento da percepção que os acadêmicos têm quanto a Educação Ambiental;
- Analisar os resultados obtidos para compreender qual a posição destes, frente aos problemas ambientais;
- Apresentar através dos resultados obtidos, sugestões para o controle de degradação ambiental, e para os empresários realizarem suas atividades com sustentabilidade.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Conceitos e definições acerca da Educação Ambiental e suas aplicações no processo organizacional

5.1.1 Educação Ambiental

As percepções em torno das questões ambientais têm, nos últimos anos, trazido a tona grandes debates acerca do que se possam definir como medidas necessárias no combate à degradação do meio ambiente. As buscas por entendimentos ou responsáveis quanto à origem de todo o problema verificado atualmente, remetem a diferentes direções, ou seja, em dado momento atribui-se responsabilidades ao capitalismo global resultante da expansão populacional mundial e conseqüente aumento da sociedade consumista, e do outro, a conivência do poder público quanto à expansão produtiva e necessária utilização dos recursos naturais geradores de receitas. E no meio disso, está à sociedade que em sua maioria, ainda que tenha conhecimento quanto ao processo degradatório do meio ambiente, não assume uma postura definitiva quanto a sua responsabilidade de cobrar das indústrias e dos poderes políticos, a efetivação de ações mais consistentes na preservação do meio ambiente. Sendo assim, a educação ambiental tem uma importância ímpar na tentativa de resoluções de problemas quanto à degradação ambiental, porque a educação ambiental tem o objetivo de educar sobre como usar de forma sustentável os recursos que o meio ambiente tende a oferecer e como preservar os recursos finitos, pois, a sociedade em geral poderá ter ideia de que os recursos naturais são infinitos e essa atitude tem provocado danos irreparáveis ao meio ambiente. Também tem o intuito de propor uma construção de uma sociedade sustentável. A educação ambiental é muito complexa e têm vários segmentos na sociedade. Empregado na ciência da administração, educa administradores para que possam utilizar - a educação ambiental - em suas decisões, através das estratégias empresariais. Assim, Motta ([19..], p. 32), conceitua educação ambiental como:

[...] o método utilizado para adequar a vida humana sobre o modo correto de preservar o meio ambiente. Processo de aprendizado, estímulo à adoção de hábitos e atitudes que levem em conta as inter-relações das pessoas com o ambiente e as conseqüências de ações individuais e coletivas sobre a melhoria da qualidade de vida.

As afirmações remetem a uma visualização coerente de tais aplicações ora voltadas, como sugere o autor, a vida humana, esta também poderia e pode ter seus direcionamentos aos elementos influenciadores nas tomadas de decisões das empresas.

E Reigota (2004, p. 11), afirma que:

[...] a educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como conhecemos não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais, mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre questão ambiental.

Na sociedade capitalista em que se encontra situada a população consumista, sabe-se, que não é muito fácil mudar a mentalidade destes, pois já estão acostumados com o cotidiano mais fácil, com o luxo e material “necessário” para a vivência do dia a dia, e assim, a maior parte da sociedade não se preocupa com o atual cenário de degradação do meio ambiente e nem com o que possa vir com a questão ambiental. E outros preocupam, mas não têm iniciativas para tentar ajudar a solucionar o problema. Analisando a postura empresarial, sabe-se que os empresários não querem que a sociedade pare de consumir materiais, pois, estes dependem da sociedade consumista para sobreviverem no mercado empresarial e cada vez desenvolvendo com os lucros obtidos através das vendas de seus produtos. É notório que ainda são exíguas a participação de empresas que investem na implantação da Educação Ambiental na sociedade, visto que estas entendem que poderão diminuir suas expectativas de vendas no mercado, e também, nota-se que algumas empresas não tem tanto interesse em aplicar a Educação Ambiental em suas políticas internas, pois terão que abrir mão de hábitos empresariais, através da produção, que degradam o meio ambiente. Assim, Reigota (2004, p. 14), diz que: “[...] o primeiro passo para a realização da educação ambiental deve ser a identificação das representações das pessoas envolvidas no processo educativo.” Então, o processo de educação ambiental, deve-se à identificação de quem vai

entrar neste processo de reeducação, pois varia muito o tipo em como vai ser empregado, pois, há uma diferenciação da aplicação da Educação Ambiental para empresários e para a sociedade. Sendo que para empresários terá que rever as práticas organizacionais exercidas na empresa para serem adequadas para a melhoria do meio ambiente, e para a sociedade, identificar qual o nível que a pessoa encontra na sociedade, para adequar seus hábitos de consumo a uma filosofia satisfatória de preservação ambiental.

A educação ambiental é regulamentada pela Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999 e sancionada pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. E no Art. 1º do capítulo I, fala que:

Art. 1º - Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Está na lei, que é necessário rever as práticas que o homem tem sobre o meio ambiente e aprender a praticar com responsabilidade. E o entendimento por educação ambiental está nos processos em que a sociedade ou indivíduo constroem valores para a conservação do meio ambiente, assim, para ter uma qualidade de vida sadia e pensar com sustentabilidade no presente para as gerações futuras.

5.1.2 Meio Ambiente

Quando se escuta em falar em Meio Ambiente, a maioria das pessoas pensam somente em água, árvores, terra, animais e entre outros elementos existentes na natureza, pois sabe-se que a expressão Meio Ambiente é muito complexa. Mas, quando busca saber e aprofunda os estudos entende-se que meio ambiente é tudo o que cerca um indivíduo. E assim, Neves e Tostes (1992, p. 17), explicam que: "ambiente é tudo o que tem a ver com a vida de um ser ou grupo de seres vivos, sua manutenção e reprodução".

Segundo Motta ([19..], p. 41), explica da seguinte forma: "é o conjunto de fatores físicos, químicos e biológicos necessários à sobrevivência de cada espécie." Então, pode-se entender e chegar a uma conclusão que Meio Ambiente abrange

tanto os recursos naturais quanto os recursos produzidos pelo homem, e estão inseridos todos os elementos físicos que são compostos pela terra, pelo ar e pela água; os elementos vivos são compostos pelas plantas, animais; e os elementos culturais que é composto pelo próprio homem. Envolvendo os elementos físicos e vivos são onde há uma preocupação em preservar ou fazer o uso sustentável de suas fontes naturais mantendo um equilíbrio entre o homem e a natureza, pois o homem transforma a natureza e seus recursos para a sua vivência.

5.1.3 Desenvolvimento Sustentável

Na atualidade há muitas discussões sobre desenvolvimento, que para uma sociedade empresarial se desenvolver tem a necessidade de reter elementos financeiros e se expandir fisicamente para que possa se incluir na sociedade capitalista e até mesmo despontar nos negócios e vencer os concorrentes. Mas, se pensar como seria a questão de se expandir fisicamente? Como se encontraria o meio ambiente para essa expansão? Muitos empresários pensam que para se mostrar que se encontram em desenvolvimento ou podem estar desenvolvido, seria se expandindo, crescendo, aumentando sua capacidade física. E, o meio ambiente para essa expansão, terá que se modificar, também, fisicamente. E assim, terá mudanças físicas tanto na sociedade, tanto no meio ambiente que muitas vezes terá que ser devastado para se encaixar no desenvolvimento dito. E de acordo com Sachs (1986 apud RONCAGLIO; JANKE 2006, p. 54), afirmam que:

Para as sociedades alcançarem o desenvolvimento de modo ecologicamente satisfatório é necessário levar em consideração seis aspectos: *A satisfação das necessidades básicas das pessoas; *A solidariedade com as gerações futuras; *A participação da população envolvida nas decisões; *A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; *A elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito à diversidade cultural; e *O estabelecimento de programas de educação.

Então, a afirmação feita pelos autores mostra como uma sociedade alcança o desenvolvimento, pois, são vários fatores que influenciam que é desde a satisfação das pessoas que estão inseridas na sociedade, a população presente nas decisões, emprego e segurança para as mesmas, e claro a implantação de programas de

educação. Para alcançar o desenvolvimento não é somente dinheiro, mas precisa destes fatores para ser desenvolvida ecologicamente.

De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 46, apud RONCAGLIO; JANKE 2006, p. 54-55), conceituam desenvolvimento sustentável da seguinte maneira: "Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades". Entende-se que uma sociedade ou organização para se desenvolver e desenvolver com sustentabilidade, é necessário que os recursos disponíveis no presente os atendam sem comprometer o futuro, percebe-se a necessidade dos empresários fazer reflexões de suas práticas nas organizações, de forma racional, para que os recursos naturais podem ter uma maior vida útil para atender as necessidades das gerações futuras.

E falando de desenvolvimento sustentável Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009, p. 88) dizem que:

Na década de 90, a ideologia de desenvolvimento sustentável amplia a complexidade das discussões ao afirmar e difundir que os recursos naturais do planeta são escassos para atender à demanda progressiva da produção e do consumo. Interesses e novas obrigações aperfeiçoam a relação da empresa com o meio ambiente e começam a transformar riscos ambientais em oportunidades de negócio.

Com a identificação dos problemas ambientais, os empresários e a própria sociedade em si, viu e começaram a discutir que os recursos naturais são escassos para atender uma demanda cada vez crescente da produção e de consumo no planeta Terra, então, surgiu a ideologia de desenvolvimento sustentável. E com essa ideologia houve interesses e obrigações para uma relação entre empresa e meio ambiente, e assim, o meio ambiente tornou-se uma oportunidade de negócio para os empresários, pois, uma empresa amiga do meio ambiente o seu produto será muito valorizado por esta questão.

5.1.4 Responsabilidade Socioambiental

Muitas empresas e organizações estão adotando métodos para o controle de problemas, que são reivindicados pela população mundial, em questão do meio

ambiente, e assim, após um longo processo de implantação as empresas poderão estar adotando, implantando e executando a responsabilidade socioambiental e de uma certa forma lucrando com suas responsabilidades e atos administrativos, que de acordo com Savitz (2007 apud ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS 2009, p. 16), afirmam que responsabilidade socioambiental pode ser conceituada como: “aquela que gera lucro para acionista, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com que mantém relações.” Mas, para uma empresa adquirir lucros com a responsabilidade socioambiental será um processo a longo prazo e após esse processo, entrará de acordo com a afirmação feita pelos autores, que diz a respeito com a lucratividade, gerando benefícios à empresa e ao mesmo instante está com a responsabilidade de proteger o meio ambiente, e assim, melhorando a qualidade de vida das pessoas, que podem ser seus clientes e a própria sociedade em geral, pois respeitará o presente e construirá um futuro e isso poderá ser dito como uma visão de mercado porque valorizará o seu produto e/ou serviço de sua empresa. E assim, Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009, p. 18), fazem uma importante afirmação que:

No passado, o que identificava uma empresa competitiva era basicamente o preço de seus produtos e serviços. Hoje, as empresas devem investir permanentemente no aperfeiçoamento de suas relações com todos os públicos dos quais dependem e interagem.

E como foi dito, hoje não é mais o preço dos produtos e serviços que diferencia uma empresa de seus concorrentes, e sim as relações e responsabilidades com seu público alvo, que poderá ser seus clientes, e ainda as pessoas poderão aderir à sua clientela para essa organização responsável e compromissada com o meio ambiente.

5.1.5 Gestão Ambiental

A gestão ambiental encontra-se na área da administração, que fará a organização gerir seus negócios sem prejudicar o meio ambiente, que “é o ramo da administração que trata do modo como uma organização gerencia suas atividades em relação ao meio ambiente [...]” (MOTTA, [19..], p. 37). Então, a empresa que

implantar a gestão ambiental, ela terá que ter uma relação de suas decisões empresariais com o meio ambiente. E assim, entende-se que Gestão Ambiental é a:

Tentativa de avaliar valores e limites das perturbações e alterações que, uma vez excedidos, resultam em recuperação demorada do meio ambiente, de modo a maximizar a recuperação dos recursos do ecossistema natural para o homem, assegurando sua produtividade prolongada e de longo prazo. (FEEMA, 1991 apud BESSA JÚNIOR, 2006, p. 14).

A afirmação feita pelos autores, mostra que a gestão ambiental em uma organização é um processo demorado, pois primeiramente terá que avaliar os valores da empresa para resultar uma recuperação do meio ambiente, que de certa forma é demorada. Na avaliação dos valores da empresa, é de suma importância que empregue o Plano de Ação ou os 5W 2H, para planejarem ações a serem executadas, que de acordo com Paula (2007, p. 23), explica que:

O plano de ação é de fácil utilização e é uma das mais importantes ferramentas para planejar as ações que serão executadas. Ele também é chamado de 5W2H, porque é uma ferramenta de uso mundial e tem as siglas que significam: What: O quê; Who: Quem; When: Quando; Where: Onde; Why: Porquê; How: Como; How much: Quanto custa.

Então, ao ter uma estratégia será empregado o 5W 2H, a estratégia será a implantação da Gestão Ambiental em empresas para resultar na recuperação de degradação do Meio Ambiente. Será dado um simples exemplo no preenchimento do quadro com dados empíricos:

What (O quê)	Implantar a Gestão Ambiental nas empresas.
Who (Quem)	Os empresários.
When (Quando)	12/2010.
Where (Onde)	Nas empresas de médio e grande porte.
Why (Porquê)	Para que haja resultados na recuperação do Meio Ambiente, através do uso sustentável dos recursos naturais.
How (Como)	Através de análises das empresas para a implantação da Gestão Ambiental.
How much (Quanto custa)	R\$ 50.000,00

Fonte: Dados elaborados pela acadêmica, 2009.

Quadro 01: Plano de ação na implantação da Gestão Ambiental nas empresas.

Primeiramente o empresário terá que planejar e formular suas estratégias para ter os dados corretos a serem empregados. E após esta elaboração, o empresário poderá analisar como irá implantar a Gestão Ambiental em sua organização para resultar na recuperação dos recursos naturais para beneficiar a si mesmo, a sociedade e o meio ambiente. Assim, poderá assegurar sua produtividade por mais tempo utilizando os meios da sustentabilidade.

A implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é de suma importância para uma empresa, pois irá rever suas práticas organizacionais com as práticas ambientais. Segundo Dias (2007, p. 91), o Sistema de Gestão Ambiental é: “[...] o conjunto de responsabilidades organizacionais, procedimentos, processos e meios que se adotam para a implantação de uma política em determinada empresa ou unidade produtiva.” Então, Dias afirma que SGA é um procedimento, processo e responsabilidades organizacionais que a empresa terá para implantar essa política. E nessa política entra a família das normas NBR ISO 14000 que de acordo com Dias (2007, p. 92), “as normas ISO 14000 são uma família de normas que buscam estabelecer ferramentas e sistemas para a administração ambiental de uma organização”. E ainda Dias (2007, p. 92), complementa que: “a família de normas ambientais tem como eixo central a norma ISO 14001, que estabelece os requisitos necessários para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).” Com a implantação de uma das normas da ISO 14000, a empresa terá um segmento a ser obedecido, e assim, os planejamentos e as decisões da organização estarão ligados diretamente com o meio ambiente.

A ISO são normas desenvolvidas pela International Organization for Standardization, organismo internacional não governamental. E no Brasil o que representa a ISO é a ABNT, que é a Associação Brasileira de Normas Técnicas, uma entidade privada e reconhecida como Fórum Nacional de Normalização. (Dias, 2007).

5.2 Inclusão da Educação Ambiental nas organizações e seus benefícios

5.2.1 Educação ambiental na sociedade

Sabe-se que desde o surgimento do homem na Terra, ele sempre se manteve e sobreviveu com os alimentos que a natureza pôde lhe oferecer e sem degradar o Meio Ambiente, mas o homem foi evoluindo e com isso houve grandes invenções que hoje são indispensáveis para a vivência do homem moderno, e assim, as tecnologias com a natureza houve grandes colisões que se pode chamar de Impactos Ambientais. E em questão do surgimento do homem, Westbrook et all (1989 apud CORSON, 1996, p. 2), afirma que:

O planeta Terra tem aproximadamente 4,5 bilhões de anos e a vida na terra existe há mais de 3,5 bilhões de anos. O Ser humano está sobre a terra há cerca de 2 a 3 milhões de anos, vivendo em equilíbrio com outras formas de vida. Apenas nos últimos 200 anos as pessoas começaram a afetar o meio ambiente global de forma significativa e apenas nos últimos 40 anos esse impacto se tornou grave ao planeta.

E Branco (2001, p. 20), também faz uma observação em relação ao surgimento da humanidade que:

Desde o surgimento do homem na Terra, os tipos de impacto ambiental têm se diversificado e sua frequência aumentando muito. O primeiro tipo de impacto causado pelo homem provavelmente derivou-se do domínio do fogo. À medida que a espécie humana foi desenvolvendo novas tecnologias e ampliando seu domínio sobre os elementos e a natureza em geral, os impactos ambientais foram se ampliando em intensidade e extensão.

Com relação ao Impacto Ambiental, Branco (2001, p. 20), explica que:

A palavra impacto, em português, tem significado de “choque”, “colisão”. Impacto ambiental é, pois, uma espécie de “trauma ecológico” que se segue ao choque causado por uma ação ou obra humana em desarmonia com as características e o equilíbrio do meio ambiente.

Trata-se, pois, de uma atual preocupação de interesse mundial onde emergem questionamentos diversos, dentre eles, de como será a existência da humanidade sobre a Terra ao longo dos próximos anos? Pois o ambiente está em

constante transformação por ação do homem na natureza, por seus hábitos de consumos e pelo mundo globalizado em que vivemos, e com isso a natureza não conseguirá produzir os recursos necessários para o homem e também não conseguirá absorver os resíduos lançados nela. E sobre os resíduos, de acordo com Motta ([19..], p. 46 e 47), afirma que:

Resíduos Sólidos (lixo) são materiais heterogêneos, (inertes, minerais e orgânicos) resultantes das atividades humanas e da natureza, os quais podem ser parcialmente utilizados, gerando, entre outros aspectos, proteção à saúde pública e economia de recursos naturais. Os resíduos sólidos constituem problemas sanitários, econômicos e principalmente estéticos. O Brasil produz 130 mil toneladas de lixo por dia. O ideal é que os resíduos sejam tratados na fonte produtora e eu os conceitos de redução da produção, da reutilização, da reciclagem e da mudança de hábito sejam praticados por todos em todos os níveis, caso contrário os tratamentos de resíduos serão sempre problemáticos.

Então, o homem encontra-se acostumado com o mundo globalizado e todos os materiais que não são utilizados por eles são lançados na natureza e assim, os problemas com o lixo sempre vão ser um caso em discussão, deveria ter um tratamento com esses dejetos, fazer a coleta seletiva do lixo e a sociedade consumista adquirir mais produtos reciclados para economizar matéria prima e energia para a fabricação de novos produtos. Sabe-se que para uma empresa reciclar materiais e disponibilizar ao mercado para os consumidores, está incluso um alto custo na reciclagem. Também para os consumidores adquirirem estes produtos onde boa parte da sociedade não tem condições financeiras para consumi-los. E para as empresas, se fizer a comparação de produzir um novo produto ou reciclar materiais para produzir novamente, a produção sem a reciclagem se apresentará mais compensatória por ter um valor menor no processo produtivo. Mas as empresas poderão empregar a Educação Ambiental em suas políticas, como fazer a coleta seletiva dos resíduos de sua produção, e ainda, poderão vendê-las para cooperativas de reciclagem ou empresas responsáveis por essa atividade, e assim, adquirir uma renda através de seus resíduos produtivos. Com relação à coleta seletiva, Miguel (2008, p. 15) afirma que: "Em muitos lugares a coleta não acontece pela falta de condições econômica ou política para a reciclagem do material." Como já foi dito neste contexto que, sabe-se que não é barato reciclar um material, e se fizer somente a coleta seletiva nos municípios e nas empresas, estes devem ter um destino, do contrário, como as organizações irão comportar estes materiais? Dessa

forma não adianta fazer a coleta seletiva do lixo e simplesmente o lançarem nos aterros sanitários sem um critério nesse depósito. Por esse e outros motivos que os municípios devem direcionar estudos e planejamentos que viabilizem a coleta seletiva, e após uma análise, incluí-la na sociedade, da mesma forma as empresas em suas políticas empresariais. A coleta seletiva é de suma importância e trará muitos benefícios tanto econômico quanto para o meio ambiente, pois, será uma forma de gerar renda e emprego para as pessoas responsáveis pela venda do material a ser reciclado e, para a natureza, diminuirá os resíduos nos aterros sanitários, fazendo com que os aterros tenham uma maior vida útil.

Existe uma onda de uso de produtos descartáveis, que é muito prático para a sociedade moderna, pois é fácil utilização e fácil descarte, mas existe um problema nos descartes, que seria o aumento do lixo e gasto com energia para produzir esses produtos. Dessa forma, Branco (1997, p. 39), afirma que: “[...] o homem envereda cada vez mais pelo caminho do desperdício intencional, com a introdução de bens descartáveis, que constituem moda hoje em dia.” E ainda Miguel (2008, p. 15), afirma que: “Hoje praticamente todos os objetos descartáveis podem ser reutilizados”. Com certeza para indústrias produtoras destes materiais descartáveis não querem que a sociedade consumista pare de utilizar seus produtos e praticamente não será visto investimentos para a conscientização destes na diminuição de consumo de produtos descartáveis.

A inclusão da Educação Ambiental em uma sociedade é de suma importância, pois, o ser humano acostumado com o cotidiano, e esse seja de não ter preocupação com o meio ambiente, poderá tomar consciência de suas ações e começar a rever suas práticas para beneficiar o meio ambiente. Para a inclusão da Educação Ambiental na sociedade seria necessário que empresas desenvolvessem um plano de marketing voltado para a responsabilidade socioambiental, seria um planejamento de marketing, onde Westwood (1991, p.13), define que: “Um plano de marketing é o documento que formula um plano para comercializar produtos e serviços”. Assim, as empresas por possuírem um planejamento de marketing fazendo a inclusão da Educação ambiental em suas publicidades, poderão fazer com que os clientes valorizem seus produtos tomando consciência acerca da preservação ambiental, mas sem deixá-los de consumi-los, desse modo, seria uma estratégia da empresa para não diminuir sua produção associada a melhorias em

sua imagem corporativa e dessa forma continuar se favorecendo no mercado competitivo. Sabe-se que é difícil mudar a mentalidade da sociedade, mas é possível, poderia dizer que é uma educação em longo prazo. Dessa forma (Oliveira, 1998, p.93), diz que: “A educação tem sido sugerida como a salvadora dos problemas ambientais, como se a busca de alternativas para um desenvolvimento sustentável se desse apenas pela mudança de mentalidade, via educação.”

Então, Miguel (2008, p. 12), ressalta que:

[...] é importante adquirir conhecimento, desenvolver competências e habilidades individuais e coletivas com um olhar crítico e investigativo, considerando o bem estar da comunidade, encontrando assim uma nova forma de integração entre sociedade e a natureza, inserindo o indivíduo como participante de um mesmo processo na tentativa de solucionar as questões ambientais.

Como foi dito, a sociedade deverá de adquirir conhecimentos para ter um olhar crítico sobre o meio ambiente, sendo um participante ativo na tentativa de solucionar problemas ligados nas questões ambientais. Assim, a sociedade terá uma integração sadia com a natureza.

5.2.2 Educação ambiental na agricultura.

Para a sobrevivência do homem, ele sentiu a necessidade de plantar para colher e se alimentar, mas com o passar do tempo, a plantação de alimentos não foi somente para a sobrevivência da humanidade, e também, uma maneira de vender os produtos que sobravam e obter renda. Foram estendendo as lavouras e cada vez a agricultura foi se desenvolvendo, até chegar à Revolução Verde. E segundo Modesto Motta et al. (2008), com o avanço da tecnologia desde a Revolução Verde, por volta da década de 1970, o foco principal foi investir no desenvolvimento de novas tecnologias para a melhoria de sementes e lavouras e também foi quando surgiram as primeiras preocupações com a Educação Ambiental. Pois, na agricultura houve um avanço com o surgimento da semente melhorada, o uso de insumos agrícolas para diminuir as pragas que atacavam suas plantações e entre outros avanços, que no caso, seria favorável ao produtor, e assim, aumentaria sua produção. Mas o uso de fertilizantes começou com um certo descontrole por parte do homem, pois, só viam o lado positivo que esses produtos poderiam oferecer às

sua propriedades e não visavam o lado negativo do uso descontrolado dos fertilizantes, que no caso, afetaria o meio ambiente e também à saúde humana. Assim, Meadows et al (1973, p.22), afirma que: "O consumo mundial de fertilizantes cresce exponencialmente com um tempo de duplicação de 10 anos. O uso total é agora cinco vezes maior do que era durante a Segunda Guerra Mundial." E ainda falando do uso de insumos agrícolas, Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009, p. 54), fazem uma importante afirmação que:

[...] é preciso avaliar que as práticas agrícolas, para serem focadas no desenvolvimento sustentável, precisam além de abranger a eficiência tecnológica, reduzir o uso de agroquímicos, energia, água como também promover a conservação de recursos naturais e da biodiversidade.

Então, inserindo também os produtores rurais no contexto, assim, os mesmos devem se reeducarem para praticarem a agricultura, pois devem usar de forma responsável os fertilizantes lançados no meio ambiente. Pois, poderá acarretar vários problemas tanto pro homem quanto para os recursos naturais, como doenças à humanidade, como também, desgaste e contaminação ao meio ambiente. Mas, o lançamento de agrotóxicos não se deve somente por produtores rurais, como também, por agroindústrias. Como já foi dito, a Revolução Verde trouxe um grande avanço para a agricultura e com isso houve implantações de agroindústrias no país, sendo das preocupações centrais de seus investidores obtenção de recordes em safras e lucros significativos, e uma agroindústria implantada em um município ou região, traz a ele grande desenvolvimento, emprego e renda para a sociedade, e contudo, contribui muito com a economia local e regional. Mas como toda regra há exceções, pode-se dizer que o meio ambiente poderá estar sendo prejudicado de certa forma com esse desenvolvimento nos município, pois a população de certa maneira ficará exposta a agentes químicos lançados nas matérias primas e no solo, que contaminará o ar e as águas dos rios, onde essa água de um modo indireto será distribuída à sociedade. Afirmam Lemos e Barros (2007, p. 10), que:

A exposição ambiental de agentes químicos causa quase $\frac{1}{4}$ de todas as doenças da humanidade. Onde mais de dois milhões de pessoas morrem prematuramente em todo o mundo devido à poluição em ambientes fechados ou abertos.

Com isso a poluição do ar causada pelos agentes químicos lançados nas plantações, assim, a sociedade e também os trabalhadores de agroindústrias ficam expostos a esses agentes que no futuro poderão adquirir doenças por esses causadores - os agentes químicos - como foi afirmado por Lemos e Barros. A água também merece uma preocupação especial, pois os agentes químicos lançados ao meio ambiente são absorvidos pelo solo, contaminando os lençóis freáticos, e as águas da chuva levam esses resíduos para as águas dos rios. E isso se deve levar em consideração, pois a água é um patrimônio da humanidade, essencial para sobrevivência humana. Krawulski (2009, p. 51), afirma que:

A água é um recurso estratégico para a humanidade, pois mantém a vida no planeta terra, sustenta a biodiversidade e a produção de alimento e suporte de todos os ciclos naturais. Portanto, a água tem importância ecológica, econômica e social. As civilizações do passado e do presente, assim, como as do futuro, dependem e dependerão da água para sua sobrevivência econômica e biológica, e para seu desenvolvimento econômico e cultural.

As agroindústrias, de uma certa forma, poderá estar devastando vegetações nativas em alguns locais para plantarem suas matérias primas, o que pode ocorrer desequilíbrio à fauna e à flora, pois uma espécie dependerá de outra. Branco (2001, p. 8), especifica da seguinte maneira:

É preciso conhecer o meio ambiente em seus mínimos detalhes para poder introduzir-lhe alguma alteração sem prejudicá-lo. A natureza não está estruturada em coisas sólidas, como as peças de uma máquina. Seu equilíbrio pode ser melhor comparado ao de um castelo de cartas, em que a menor perturbação ou tentativa de substituição pode provocar completo desmoronamento! Se examinarmos de perto a vida de qualquer organismo - animal ou vegetal -, veremos que ela nunca ocorre isoladamente. Além do meio físico e dos componentes químicos que lhe são indispensáveis para crescer e multiplicar-se, há também a necessidade de um número variável de outras espécies com as quais diretas ou indiretas, mas sempre obrigatórias.

Por isso que as Áreas de Preservação Permanente (APP's) é de suma importância, pois os proprietários de terras irão demarcar e separar uma pequena parte de sua propriedade, sempre são às margens dos córregos, para reflorestar e manter essas APP's, pois é necessária para proteger a água, o solo, a fauna e a flora. E as propriedades não sairiam prejudicadas, pois, podem utilizar essas APP's de forma sustentável, como podendo extrair frutos para o sustento e sem degradar essa área. Sabe-se que muitas agroindústrias contribuem com o agricultor doando mudas

e acessórios para construir e manter uma APP, como forma de cumprirem, as agroindústrias, as leis de Proteção Ambiental - embora, ressalte-se, serem medidas paliativas ante as conseqüências degradatórias de boa parte das agroindústrias que não cumprem totalmente com as leis ambientais sob o manto conivente do poder público - assim, seria uma forma de levar a Educação Ambiental ao agricultor e ele poderia adquirir consciência da importância dos recursos naturais e seria um grande benefício para o agricultor e para o meio ambiente.

5.2.3 Educação ambiental no meio empresarial

Bessa Júnior (2006), se expressa que historicamente desde a Revolução Industrial no século XVIII a humanidade começou a castigar efetivamente o ambiente em que vive, as empresas nunca se preocuparam com a preservação do meio ambiente, sempre visando ao lucro a qualquer custo, ignorando as conseqüências que poderiam acarretar no futuro. Mas não são somente as empresas que poluem, hoje em dia têm duas fontes claras de poluição no planeta: a primeira é originada a partir dos processos produtivos, desde a extração de matérias primas até a manufatura delas. Já a segunda fonte de poluição é considerada a própria sociedade de consumo, que se utiliza dos bens, produtos e alimentos gerados no setor produtivo. As conseqüências ambientais da poluição é o esgotamento de reservas minerais e outros recursos naturais essenciais à vida; como água, atmosfera e solos, que em longo prazo, inviabilizarão grande parte das formas de vida no planeta. Assim, a educação ambiental é essencial a esta afirmação feita pelo Bessa Júnior, porque a educação ambiental expressa uma relação de equilíbrio entre o indivíduo e a natureza, fazendo com que a sociedade possa desenvolver sem danificar o meio ambiente utilizando meios que promovam a sustentabilidade, como já foi afirmado pelos autores e citado no contexto desse trabalho.

E, portanto, na atualidade, o que falta para o equilíbrio entre a sociedade e a sustentabilidade deve-se a um estudo aprofundado por gestores empresariais e municipais, também da própria sociedade civil, para o conhecimento dos benefícios que a Educação Ambiental tende a oferecer para suas empresas e para os municípios, e assim, ter a consciência de colocá-los em práticas nas mesmas.

Em um município, além de agroindústrias, existem outras fontes de produção de pequeno e médio porte, que também, tem uma importância de grande significado ao município, e assim, auxiliando na economia local e dando oportunidades de emprego aos moradores. Mas se pensar na questão ambiental, essas pequenas indústrias deveriam de obter conhecimentos suficientes para o controle de degradação do meio ambiente através de sua produção para não haver impactos ambientais.

Percebe-se, a partir dos estudos até aqui realizados, que em uma indústria de pequeno porte, a implantação da Gestão Ambiental é um pouco fora da realidade, mesmo sabendo que é de grande importância, tanto para a sociedade, quanto para a própria organização e principalmente para o meio ambiente. Pois, se forem analisar todos os passos dessas empresas, saberão que nem todas registram seus funcionários e não pagam salários adequados, também, querem cortar gastos em sua produção para não ir, em muitos casos, à falência. Assim, Dias (2007, p. 91), diz que:

As pequenas empresas enfrentam problemas na implantação de um Sistema de Gestão Ambiental devido à necessidade de dedicar uma parte dos recursos humanos e financeiros à sua implantação de acordo com as normas da ISO 14000. As pequenas empresas não dispõem de pessoal técnico excedente que possa dedicar-se à manutenção de um Sistema de Gestão Ambiental, e a certificação do sistema supõe um custo apreciável em relação ao volume de negócios da empresa, o que não ocorre na média ou na grande empresa.

Mas, poderão implantar a educação ambiental em sua organização e ter a consciência de não causar impactos ao meio ambiente e fazendo com que seu produto e/ou serviço seja de qualidade e reconhecido por praticar a educação ambiental.

De acordo com Loureiro (2002, p. 69), afirma que:

A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

A Educação Ambiental inserida no meio empresarial trará a eles responsabilidades ambientais para atuarem no mercado competitivo, mas, as políticas para implantação terão que ser bem elaboradas, porque poderá trazer

prejuízos para a empresa. E se não conseguir colocar em práticas as políticas e sustentá-las dentro da empresa, poderá acarretar também prejuízos morais diante à sociedade e perdendo chances no mercado empresarial. Assim, de acordo com Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009, p. 9), afirmam que: “[...] falta de políticas bem elaboradas de cunho social e ambiental podem ter sérias implicações organizacionais, acarretando prejuízos materiais e morais de modo a aumentar os custos e perder oportunidades de mercado.”

5.2.4 Educação ambiental nas políticas públicas

Ao falar em política pública, sabe-se que está ligado ao governo e pode alcançar finalidades de um planejamento. De acordo com Vianna Jr. (1994 apud RONCAGLIO; JANKE, 2006, p. 195),

Uma política pública é uma tentativa de alcançar determinada finalidade por uma ação planejada de processos que vão desde a elaboração dessas finalidades até o planejamento do método da ação, de análise, de controle dos resultados.” Para alcançar tais finalidades é necessário que se faça uma elaboração de um bom planejamento.

“Embora as políticas públicas sejam de base governamental, muitas dependem da participação não só dos órgãos públicos, mas também da população local” (RONCAGLIO; JANKE, 2006, p. 196). Como foi dito, sabendo que a política pública está ligada ao governo, para fazer tais planejamentos deverá a população participar desses planejamentos, pois, como as bases políticas irão saber das necessidades da população sem que esta participe? Então, o poder público deverá saber quais são as necessidades que a população necessita, e também dar espaço para a população reivindicar suas necessidades. E uma necessidade que pode ser dita, é a inclusão de ações ambientais nos planejamentos políticos.

Então, é de suma importância que o poder público responsável, por cada município, insira em seus planejamentos projetos para a conscientização da população local, e também, elaboração de leis municipais em favor ao meio ambiente. Assim, Roncaglio e Janke (2006, p. 240), afirmam que: “[...] as políticas estão diretamente ligadas à ação do governo. De fato, o governo é o responsável pela criação e a execução de medidas que asseguram a efetividade das políticas em Educação Ambiental.” Para a criação e execução de medida, é necessário a criação

de lei de Educação Ambiental no município e entre outras leis. No município de Rubiataba foi elaborada uma lei, e após, foi sancionada em novembro de 2008 pelo prefeito José Luiz Fernandes, a Lei Municipal nº 1.203/2008, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental e outras providências. Essa lei reza no art. 3º que:

Art. 3º A educação ambiental, direito de todos, é um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

A Educação Ambiental deve estar presente na vida do cidadão, através do processo de educação escolar, e também, através de projetos sociais. Porque a educação Ambiental é um direito e é essencial para a educação. Assim, levará as comunidades a participarem na preservação do meio ambiente.

“A expressão políticas públicas tem sido amplamente usada no tratamento das questões relativas ao desenvolvimento sustentável.” (RONCAGLIO; JANKE, 2006, p. 195). Sabe-se que para chegar ao desenvolvimento sustentável, tendo em vista primeiramente a conscientização da população, é necessário que tudo inicie na política pública. Pois vai ser onde irá começar os planejamentos para a Educação Ambiental.

6 METODOLOGIA

Para elaboração de um TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), é de suma importância que o acadêmico tenha familiaridade com o tema escolhido e também, conhecimentos necessários para utilizar os métodos corretos para o desenvolvimento do Trabalho. Assim Cervo e Bervian (1996 apud PIMENTA, 2008, p. 30), explica que:

Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método do Trabalho de Pesquisa, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões, alcançando os resultados previstos ou desejados; é apenas um conjunto ordenado de procedimentos que se mostrarem eficientes ao longo do estudo na busca do saber.

6.1 Tipo de estudo e abordagem da pesquisa

O trabalho foi elaborado através da pesquisa exploratória, de natureza qualitativa com aplicação de questionário para realizar uma análise de percepção ambiental de degradação do M.A. no município de Rubiataba com os acadêmicos da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER.

Quando se trata de pesquisa exploratória, segundo Gil (1999, p. 43), diz que: “[...] tem como principal finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Ainda Gil (1999, p. 43), afirma que: “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.”

O foco principal desta pesquisa foi identificar o direcionamento da percepção que os acadêmicos da FACER têm sobre a educação ambiental em Rubiataba, para saber se realmente há conhecimento e se interessam pelo assunto proposto. Então, encontra-se a razão de utilizar a pesquisa exploratória.

Foi abordada nesta pesquisa, a pesquisa qualitativa segundo Gil (1999),

É muito frequente na pesquisa social devido à sua relativa simplicidade e economia, já que pode ser realizado por um único investigador, ou por um

grupo e não requer aplicação de técnicas de massa para coleta de dados, como ocorre no levantamento. (GIL 1999, p. 70).

Assim, a pesquisa qualitativa busca compreender em detalhe a atual situação que os entrevistadores apresentaram.

6.2 Método de pesquisa

6.2.1 Pesquisa bibliográfica

De acordo com a característica deste trabalho será a pesquisa bibliográfica, que “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 48).

“Na pesquisa bibliográfica, estará sempre na forma de documentos escritos. Estejam eles impressos ou depositados em meios magnéticos ou eletrônicos.” (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2006, p. 80).

Então, irá proporcionar uma semelhança com a área do tema e o autor do estudo.

6.2.2 Pesquisa de campo

“No estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termo de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes.” (GIL, 1999, p. 72). O estudo foi feito junto aos acadêmicos da FACER, para saber a relação do aluno com o tema em questão.

6.3 Coleta de dados

Na coleta de dados serão utilizados levantamentos bibliográficos, levantamento documental e questionários.

6.3.1 Questionário

O questionário segundo Gil (1999) que é uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

O questionário elaborado se propôs a direcionar a percepção que os acadêmicos da FACER têm sobre a Educação Ambiental. Nesse sentido foi aplicado um questionário estruturado com questões fechadas que para Gil (1999), se apresenta como um conjunto de questões de alternativas para que seja escolhida a que mais se identifica.

6.3.2 Levantamento documental

“A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” (GIL, 1999. p. 66). Assim, foi pesquisado junto à secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais do município de Rubiataba, lei municipal de Educação Ambiental.

6.3.3 Levantamento bibliográfico

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1999, p.65) “É desenvolvida a partir de material já elaborado, principalmente de livros e artigos científicos”. Então, foi necessário levantamentos bibliográficos, através de referências de autores com suas obras publicadas em livros ou artigos para a construção deste trabalho.

6.4. Unidades de Observação

A pesquisa foi direcionada aos acadêmicos residentes no município de Rubiataba-GO da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER.

6.5 Universo e Amostra

6.5.1 Universo

O universo a ser pesquisado são todos os acadêmicos da FACER. “Universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar.” (GIL, 1999, p. 99).

6.5.2 Amostra

A amostra foi os acadêmicos da FACER residentes no município de Rubiataba, foi definida uma amostra de 50 acadêmicos, foi entregue o questionário a cada um deles e a amostra real são 36 acadêmicos que se dispuseram a responder o questionário. Gil (1999, p. 100), conceitua amostra como: “Subconjunto da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características dessa população.”

A amostra utilizada foi a aleatória simples, que de acordo com Gil (1999, p. 101), diz que: “A amostragem aleatória simples é o procedimento básico da amostragem científica.” O questionário foi entregue aos acadêmicos de forma aleatória, sem distinção de gênero ou curso.

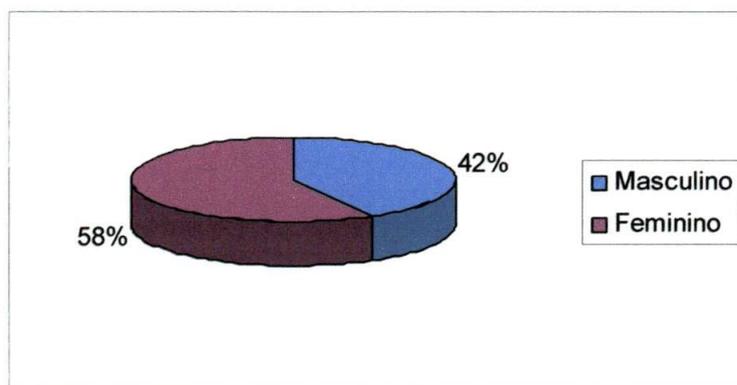
6.6 Análise dos Dados

Com base na aplicação do questionário para poder analisar os resultados, foi usado a tabulação, que segundo Gil (1999, p. 171), afirma que: “Tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão na várias categorias de análise.”

Após terem respondidos os questionários, foi feita a contagem dos resultados, utilizando a tabulação manual, que é: “o procedimento mais elementar de tabulação é o manual. Consiste no uso de lápis e papel. Toda vez que aparece um determinado valor, este é registrado com um traço (ou outro sinal qualquer).” (GIL, 1999, p. 171).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi elaborado e aplicado somente um tipo de questionário para os acadêmicos da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER que residem no município de Rubiataba-GO, com um total de onze questões, sendo que as quatro primeiras questões foram para traçar o perfil dos acadêmicos e as sete últimas questões para saber a relação de percepção que o acadêmico tem com a Educação Ambiental e com o quadro de degradação do Meio Ambiente no município de Rubiataba-GO.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

Gráfico 1 – Quanto ao gênero.

O questionário foi entregue aos acadêmicos de forma aleatória e uma parte maior de respondentes foi do sexo feminino, conforme pode ser constatado no gráfico acima com 58%. E 42% restantes são do sexo masculino. De certa forma as mulheres poderiam influenciar na pesquisa, pois as mulheres são mais sensíveis, e por ter o instinto materno, poderiam ter uma maior percepção e preocupação quanto aos problemas ambientais discutidos na atualidade. Sabe-se que a questão ambiental, se não tiver uma consciência de preservar no presente, poderá acarretar problemas maiores no futuro e com isso toda a raça humana sofrerá com as mudanças climáticas, por isso elas temem o sofrimento de seus familiares ou pessoas próximas a elas. De acordo com o que foi dito sobre consciência ambiental, Miguel (2008, p. 12), explica que:

[...] é importante adquirir conhecimento, desenvolver competências e habilidades individuais e coletivas com um olhar crítico e investigativo, considerando o bem estar da comunidade, encontrando assim uma nova

forma de integração entre sociedade e a natureza, inserindo o indivíduo como participante de um mesmo processo na tentativa de solucionar as questões ambientais.

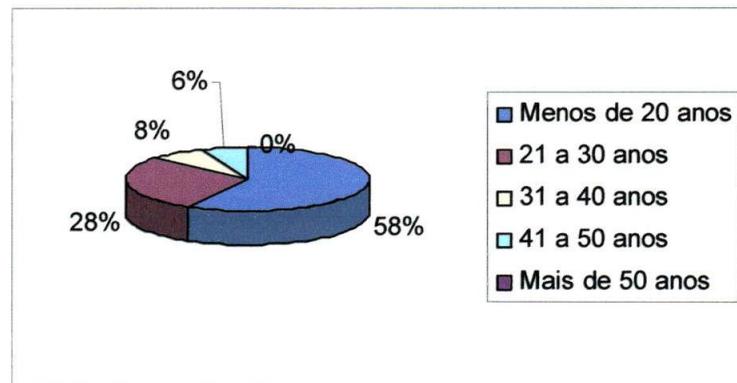


Gráfico 2 – Faixa etária (idade).

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

A maior parte dos acadêmicos tem idade inferior a 20 anos com 58% como constatado no gráfico 2, porque o questionário foi entregue a uma parcela maior para os alunos ingressantes na FACER e estes assim que terminam o ensino médio se ingressam na faculdade, então de acordo com os períodos subseqüentes que irão estudar, obviamente aumentará a idade dos mesmos. Sabe-se que é necessário despertar aos jovens a ideia de preservação ambiental, e assim, eles podem dar mais atenção a esta problemática, pois os jovens têm uma grande responsabilidade para o desenvolvimento de um futuro cada vez mais responsável, porque terão uma graduação e serão grandes formadores de opinião e com a conscientização, poderão diminuir os impactos ambientais existentes no presente.

E a segunda maior parte é a de 28%, dos acadêmicos entre as faixas de 21 a 30 anos; 8% encontram-se na faixa de 31 a 40 anos, com esta faixa etária, a maioria das pessoas já estão com opiniões formadas e podem identificar com mais precisão sobre a problemática ambiental; 6% na faixa de 41 a 50 anos e não teve nenhum acadêmico que respondeu o questionário que se encontra na faixa de mais de 50 anos, pois é mais difícil encontrar um acadêmico com esta idade ingressado na faculdade, como já foi explanado nesse contexto, a maioria dos acadêmicos são mais novos porque ingressam na faculdade mais cedo.

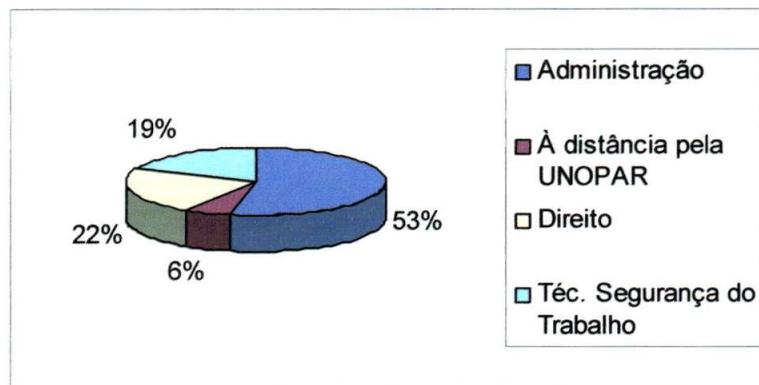


Gráfico 3 – Você é acadêmico (a) de qual curso da FACER?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

O gráfico 3, mostra que 53% dos acadêmicos responderam que são do curso de Administração, não foi feita uma contagem antecipada para qual dos cursos que seria entregue maior quantidade de questionários, e assim, por coincidência, este foi entregue a uma parcela maior de acadêmicos deste curso, e o que se espera é que os acadêmicos de Administração, de uma certa forma podem ter uma maior familiaridade com o tema proposto, porque o curso dá uma visão maior sobre a questão ambiental, pois estudam práticas organizacionais, e pode-se dizer que com as práticas organizacionais, poderá ser identificado atos não responsáveis, e assim, esses atos não responsáveis poderão causar danos ao meio ambiente. E 22% que responderam que são do curso de Direito, no curso de Direito os alunos terão uma visão mais jurídica, isso não quer dizer que eles não dão atenção e não saibam sobre a problemática existente do meio ambiente, mas talvez não teriam grande familiaridade com o tema, também poderiam não ter a mesma visão que um acadêmico de Administração teria, e assim, talvez pode alterar as expectativas da pesquisa; Foi constatado também que 19% dos acadêmicos são do Curso Técnico em Segurança do Trabalho e 6% dos acadêmicos do Curso a distância pela UNOPAR. De uma forma em geral, o curso dos acadêmicos da FACER podem influenciar e diferenciar a percepção dos mesmos. Mas, mesmo assim, é de grande importância, que identifique o direcionamento da percepção dos acadêmicos acerca da Educação Ambiental.

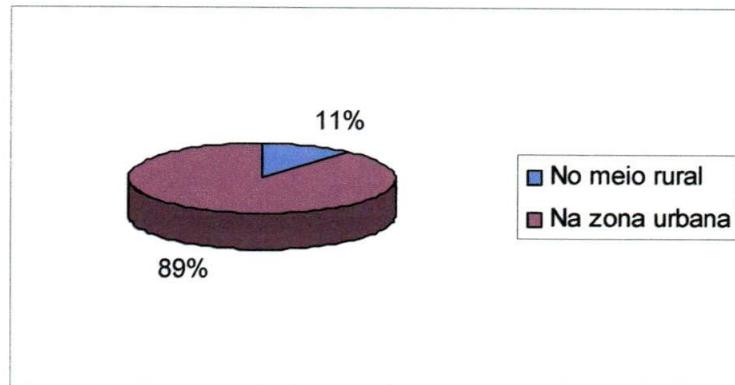


Gráfico 4 – Área em que reside no município de Rubiataba.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

Os acadêmicos entrevistados são os que residem no município de Rubiataba-GO, por conviverem no município seria mais fácil à percepção destes sobre o meio ambiente aqui existente. E assim, de acordo com o gráfico acima, 89% destes moram na zona urbana, isso é de fácil interpretação porque a maioria dos acadêmicos vão morar na cidade para trabalhar e estudar. E somente 11% moram na zona rural. O motivo de saber onde o acadêmico reside, é pela possibilidade desses acadêmicos conhecerem e identificarem melhor a problemática existente no local onde residem. Assim, alguns acadêmicos que vivem na zona rural e estão mais ligados e próximos aos recursos naturais, podem conhecer a problemática ambiental mais próximas a ele e a área que residem, estes problemas seriam o desmatamento, o uso incorreto de agentes químicos e outros fatores que influenciam na degradação do meio ambiente. E os acadêmicos que residem na zona urbana, podem identificar as problemáticas ambientais que estão ligadas a ele, como poderia ser o trabalho que executam, as práticas das empresas localizadas no município e entre outras formas que poderiam degradar o meio ambiente. Então, ambos, poderiam conhecer melhor a degradação ambiental de seu local de residência, e também, perceber problemas ambientais em outros locais dentro do município de Rubiataba-GO.

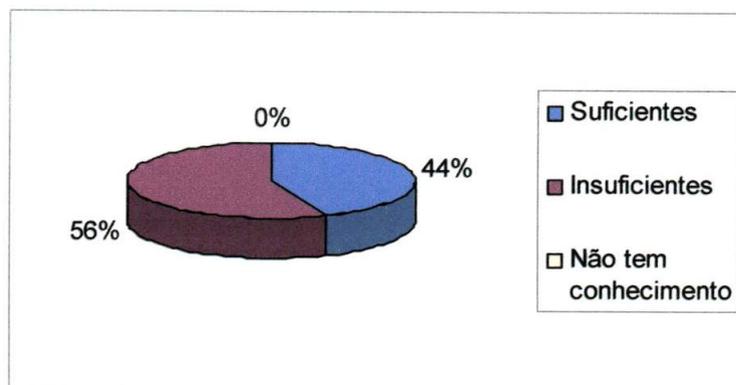


Gráfico 5 – Conhecimentos sobre Educação Ambiental são.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

No gráfico é apontado que 56% dos acadêmicos dizem que os seus conhecimentos sobre Educação Ambiental são insuficientes, mas esse resultado pode ter sido influenciado de uma certa forma, porque a maioria dos entrevistados são acadêmicos ingressantes e são mais novos, como foi constatado no gráfico 2 (pagina 35), pode-se dizer que não têm um grande interesse nas problemáticas ambientais vividas pela sociedade, pois ainda não aprofundaram muito os estudos para poderem identificar e conhecer com profundidade a Educação Ambiental e com o passar do tempo irão evoluindo as ideias e as percepções sobre esta questão.

Foi dito no gráfico 3 (página 36), que os acadêmicos de Administração poderiam ter uma maior familiaridade com o tema proposto, percebe-se que não é bem assim, porque os acadêmicos do curso de administração são a maioria e no resultado deste gráfico, o gráfico 5, foi constatado que a maioria não conhece suficientemente a Educação Ambiental. Sabe-se que não foram somente os acadêmicos do curso de Administração que responderam o questionário, outros acadêmicos também influenciaram nesta questão. A Educação Ambiental, deve ser mais estudada, para as pessoas entenderem realmente o que é este tema tão falado na atualidade. E falando de Educação Ambiental, Miguel explica que: “Educação Ambiental é um ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudarem em sua preservação e na utilização sustentável dos seus recursos.” (MIGUEL, 2008, p. 11).

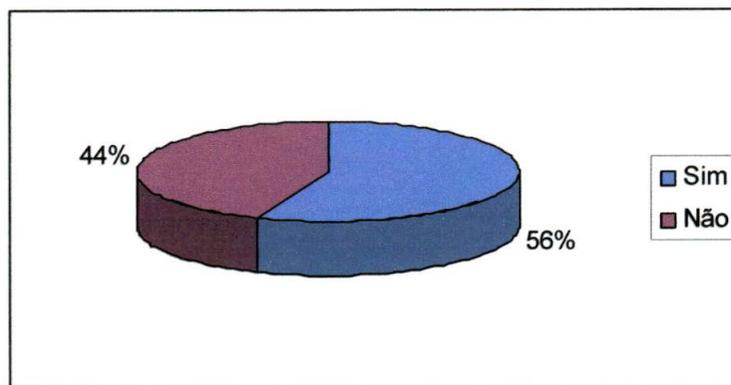


Gráfico 6 – Conhecimento sobre o atual estado de degradação do M.A. em Rubiataba.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009

Pode ser constatado neste gráfico, que os acadêmicos da FACER residentes em Rubiataba-GO, se depararam com a questão se eles tinham algum conhecimento sobre o atual estado de degradação do Meio Ambiente no município e 56% dos acadêmicos responderam que sim, mesmo eles respondendo que não conhecem suficientemente a Educação Ambiental, no gráfico 5 (página 38), a maioria dos acadêmicos identificaram que há problemas de degradação ambiental no município, sabem que não está correta a ação do homem na natureza. A segunda maioria, com 44% dos acadêmicos, responderam que não conhecem o atual estado de degradação do meio ambiente, se for analisar é uma porcentagem grande, pois muitos acadêmicos ainda não perceberam a problemática ambiental existente no município de Rubiataba-GO, existem tantas problemáticas, como, o gasto incalculável de água potável e a quantidade de lixo produzido por dia pela a sociedade, esses problemas ambientais, levarão à degradação ambiental. Por isso que é importante a Educação Ambiental na sociedade e nas empresas, para estas, reconhecerem os atos degradativos que exercem.

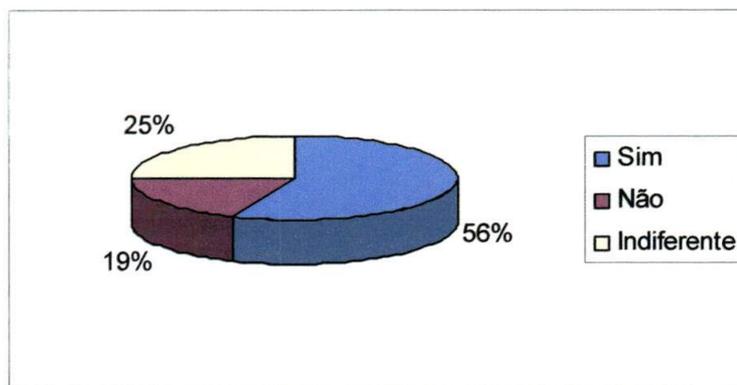


Gráfico 7 – Preocupação com a atual situação de degradação do M.A. em Rubiataba.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

De acordo com as exposições do gráfico apresentado, percebeu-se que a maioria dos acadêmicos preocupam com a atual situação de degradação do M.A. em Rubiataba-GO com 56%, a mesma porcentagem dos acadêmicos que conheciam o atual estado de degradação do M.A. em Rubiataba, visto no gráfico 6 (página 39). Pode-se dizer que, os mesmos acadêmicos que responderam dizendo que conheciam o estado de degradação, também, preocupam com a situação de degradação ambiental existente no município de Rubiataba.

A segunda maioria dos acadêmicos, com 25%, dizem que são indiferentes ao caso, que a questão dita não seria tanto uma preocupação e sim algo que poderia chamar a atenção de uma forma menos pertinente. E 19% dos acadêmicos, não se preocupam com a questão apresentada, ainda existem pessoas que não se preocupam com o meio ambiente, mesmo este sendo de suma importância para a sobrevivência do ser humano. É necessário que o homem reveja suas práticas ambientais e não explore o meio ambiente para somente a seu benefício. Assim, Branco (1997, p. 39), afirma que: “Uma das principais características do ser humano é a capacidade de utilizar as forças e os materiais do meio ambiente em benefício próprio, [...]”

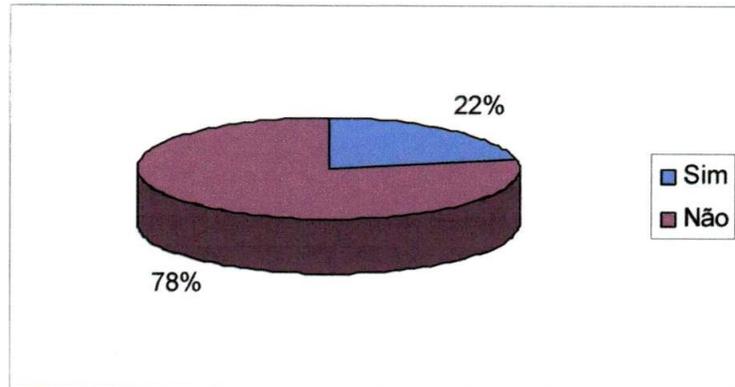


Gráfico 8 – Satisfação com as ações o poder público na preservação do M.A. em Rubiataba.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

Tratando-se de satisfação com as ações do poder público para a preservação do meio ambiente em Rubiataba-GO, observa-se que 78% não encontram-se satisfeitos, mesmo existindo projetos e leis ambientais no município rubiatabense, os acadêmicos pensam que a questão do meio ambiente deveria ser levado mais em consideração, que de uma certa forma os serviços existentes do poder público não são suficientes para o controle de degradação. E somente 22% dos acadêmicos, estão satisfeitos com as ações dos serviços e a preocupação do poder público à questão ambiental.

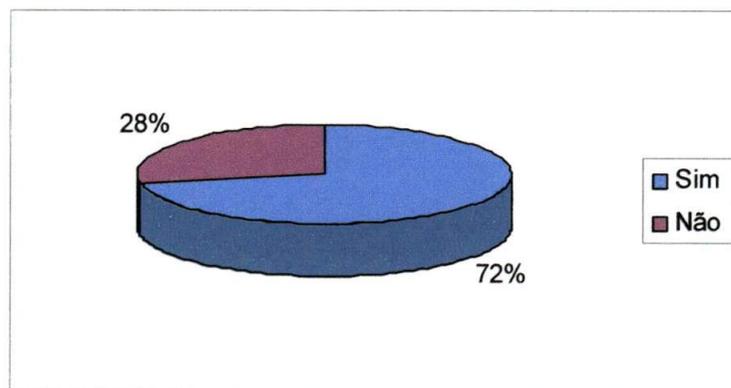


Gráfico 9 – Você tem feito ou pretende fazer algo para contribuir com a Educação Ambiental e na preservação do M.A. em Rubiataba?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

Como especificado no gráfico 9, os acadêmicos da FACER, com 72%, fizeram ou pretendem fazer algo para contribuir com a Educação Ambiental e na preservação do meio ambiente em Rubiataba, esta questão, poderia de uma forma geral, despertar ao acadêmico a fazer algo ou continuar fazendo atos que promovam

o desaceleramento da degradação ambiental e contribuir para a preservação do meio ambiente, e assim, incluindo a Educação Ambiental no seu dia a dia. Relacionando o gráfico 5 (página 38) com o atual gráfico (página 41), o primeiro fala sobre o conhecimento dos acadêmicos sobre a Educação Ambiental e o atual da contribuição dos acadêmicos na Educação Ambiental e na preservação do meio ambiente em Rubiataba-GO, percebe-se que o conhecimento da maioria destes são insuficiente à questão de Educação Ambiental, mas o pouco que conhecem leva o acadêmico a querer contribuir com o meio ambiente, e também, pode-se entender, que a questão tão falada de Educação Ambiental, levou o aluno a querer contribuir com o meio ambiente e conhecer mais a Educação Ambiental.

Constata-se que no gráfico 9 (página 41), 28% dos acadêmicos, não fizeram ou não pretende fazer algo para contribuir com o meio ambiente e nem com a Educação Ambiental, não estão preocupados em preservar o meio ambiente. Mas estes acadêmicos deveriam dar uma atenção especial a este caso, porque poderá acarretar grandes problemas ambientais para o futuro, e estes, sofrerão com as mudanças que o meio ambiente poderá apresentar.

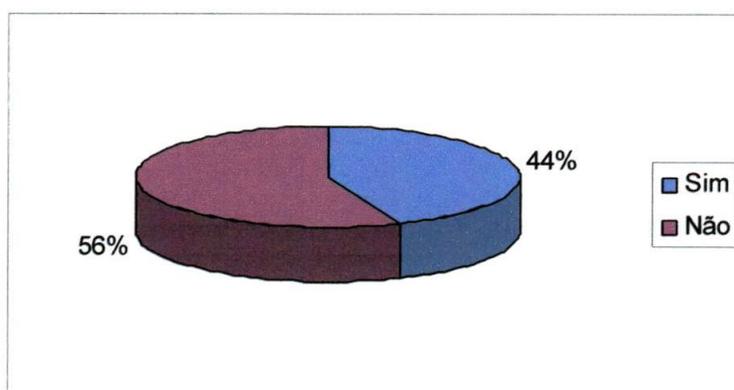


Gráfico 10 – Você considera que a Educação ambiental é um instrumento necessário para o desenvolvimento da sociedade rubiatabense?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

Nota-se que no gráfico 10, com 56% dos acadêmicos responderam que não considera que a Educação Ambiental é um instrumento necessário para o desenvolvimento da sociedade rubiatabense, mas já seria o esperado porque no gráfico 5 (página 38), o conhecimento sobre a Educação Ambiental, pela a maioria dos acadêmicos, era de 56% sendo Insuficiente, então por não ter um conhecimento suficiente sobre o tema proposto, os acadêmicos não sabem exatamente o que

significa o valor e a importância da Educação Ambiental em uma sociedade e/ou organização, é notório que a porcentagem nos dois gráficos são iguais e isso pode justificar essa questão. E com 44% consideram que a Educação Ambiental é um instrumento necessário para o desenvolvimento da sociedade rubiatabense, estes conseguem perceber a importância da Educação Ambiental empregada nas organizações em geral. A questão de ser um instrumento necessário para o desenvolvimento para a sociedade, (RONCAGLIO; JANKE, 2006, p. 51), afirmam que: “A noção de desenvolvimento é muito valiosa, supostamente, para todos aqueles que estão imbuídos da vontade de melhorar, promover mudanças, aperfeiçoar, crescer.” Empregando a Educação Ambiental na sociedade rubiatabense, de uma forma em geral, promoverá mudanças nos hábitos sociais e empresariais, que degradam o meio ambiente.

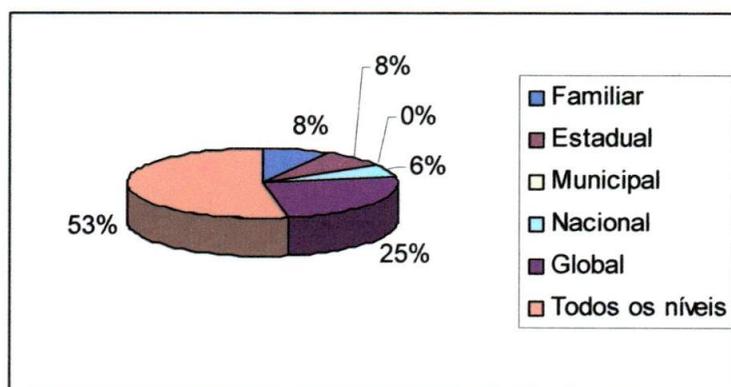


Gráfico 11 – Nível de preocupação do acadêmico com a degradação ambiental.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2009.

Como constatado neste gráfico, 53% dos acadêmicos têm um nível elevado de preocupação com a degradação ambiental que seria com todos os níveis, que engloba todo o universo, então teria uma preocupação por igual em todos os níveis. Ficando com a segunda maior parte com 25% a preocupação Global; empatados com 8% ficam a preocupação Estadual e Familiar; com 6% a preocupação Nacional e ninguém se diz preocupado somente com o município. No gráfico 7 (página 40), foi apresentado que a maioria dos acadêmicos têm uma preocupação com a degradação no município de Rubiataba-GO, mas percebe-se que a preocupação destes não é somente local, só pelo município, também, preocupam com outros níveis. Sabe-se que a maioria das pessoas preocupam com a degradação ambiental

de uma forma superficial, mas para começar a fazer algo para ajudar a reverter esta situação, precisa-se começar agir no local onde reside. Por isso, de acordo com Miguel (2008, p. 11) afirma que a Educação Ambiental:

Está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida, propiciando a interação efetiva dos indivíduos com as especificidades locais, no seguinte lema: 'Pensar Globalmente, Agir Localmente'.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento desse trabalho, conclui-se que a questão que envolve o meio ambiente será ainda um assunto de muita discussão, pois cada vez mais as problemáticas ambientais serão alvos de preocupação mundial. E a Educação Ambiental deverá ser inserida neste contexto, para ensinar as organizações a usarem os recursos naturais de forma sustentável, mas para poder inserir a Educação Ambiental na sociedade é necessário que divulguem a sua importância e o que ela poderá trazer de benefício para a sociedade organizacional e para o meio ambiente. E com isso, a ferramenta do 5W2H ou plano de ação é uma ótima oportunidade para os empresários reverem suas estratégias a serem empregadas na empresa. Com base nas referências bibliográficas, o processo de inserção da Educação Ambiental nas organizações será longo, dado ao lento processo de conscientização das pessoas que formam o contexto social quanto a preservar os recursos naturais, deixando de lado seus hábitos consumistas, e as empresas, deixarem de degradar o meio ambiente através de sua produção desenfreada, tais afirmações tem sua consistência a partir das citações bibliográficas aplicadas.

Foi feita uma pesquisa junto aos acadêmicos da FACER residentes no município de Rubiataba-GO, a execução deste trabalho foi de suma importância para entender a relação de percepção que os acadêmicos tinham sobre a problemática ambiental existente na sociedade e como eles se deparavam com o tema da Educação Ambiental. Após analisar os resultados, chega-se a uma conclusão que, de uma forma em geral, os acadêmicos têm uma percepção às problemáticas existentes no município e há alguma relação de conhecimento sobre a Educação Ambiental, foi constatado que uma grande maioria pretende fazer algo para a melhoria do meio ambiente. Mas ainda, há uma parcela de acadêmicos que não perceberam a importância da Educação Ambiental na sociedade, sendo como um instrumento de desenvolvimento, pois, o meio ambiente e os recursos naturais são essenciais na vida cotidiana e para a sobrevivência da humanidade, então, é preciso que estes acadêmicos viam os seus olhares e suas atenções para esta questão, e principalmente aos acadêmicos de Administração que poderão ser futuros empresários, poderão tomar consciência da importância da Educação Ambiental em

suas organizações e incluí-la em suas estratégias empresariais para ser reconhecida e despontar no mercado competitivo.

Percebe-se que os objetivos propostos nesta monografia, foram respondidos, porque buscou compreender a percepção do acadêmico sobre a Educação Ambiental, como foi apresentado nos gráficos, e se representava a eles um instrumento de desenvolvimento a sociedade rubiatabense, dando sugestões, para a conscientização e assim, não degradar o meio ambiente.

9 SUGESTÕES

Visando ainda melhorar a questão de conhecimentos sobre a Educação Ambiental, é necessário que divulguem mais a importância dela nas organizações, através de inserção deste estudo nas grades curriculares nos cursos da FACER, e também de outras instituições, modelando-a de acordo com as necessidades e especificações do curso estudado, e também, oferecer à comunidade social e empresarial palestras e minicursos de Educação Ambiental, para que estes possam utilizar em suas decisões diárias e ter a responsabilidade de não degradar o meio ambiente. Sugere-se também, que o poder público continue fazendo leis municipais ambientais e projetos sociais para a sociedade e para as organizações implantadas no município, mas envolvendo-os mais ativamente nestas atividades ambientais oferecidas.

Aos empresários, que estes, possam rever suas atividades praticadas nas empresas e implantarem a Educação Ambiental, utilizando a ferramenta de planejamento, a 5W2H, para que assim, possam utilizarem os recursos naturais com maior responsabilidade através da sustentabilidade. E ainda, que estes insiram também a Educação Ambiental em seus planos de marketing para que suas empresas sejam reconhecidas por praticar a Educação Ambiental.

10 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ALIGLERI, Lílian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

BESSA JÚNIOR, José Martins de. **Gestão ambiental nos postos de combustíveis de Carmo do Rio Verde**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – FACER – Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, Rubiataba, 2006.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. 32. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999**. In: JUNGSTEDT, Luiz Oliveira Castro. (Org.) **Direito ambiental: legislação**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORSON, Walter H. **Manual global de ecologia: o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Augustus, 1996.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. _____. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KRAWULSKI, Cristina Célia. **Introdução à gestão ambiental**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEMOS, Haroldo Mattos; BARROS, Ricardo Luiz Peixoto. **O desenvolvimento sustentável na prática**. Rio de Janeiro: PNUMA, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: BAETA, Anna Maria Bianchini; et al. (Org.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEADOWS, Donella H., et al. **Limites do crescimento**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MIGUEL, Cristianne Borges et al. **É conhecendo que se preserva**. Cartilha da Educação Ambiental. Goiânia: SEDUC-GO, 2008.

MODESTO MOTTA, Ana Rosa; et all. **É conhecendo que se preserva**. Cartilha de Educação Ambiental SEDUC-GO. V. 3, 2008.

MOTTA, Tarion. **Termos e manejos ambientais**. Goiás: Grafsafra. [19..].

NEVES, Estela; TOSTES, André. **Meio ambiente: aplicando a lei**. CECIP. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Educação ambiental: uma possível abordagem**. Brasília: Edições IBAMA, 1998.

PAULA, Francinaldo Soares de. **Modelo de gestão: qualidade e produtividade**. FACER. Rubiataba, 2007. (Apostila do curso de Administração da produção).

PIMENTA, Sérgio Augusto. **Gestão ambiental: estudo de caso no setor sucroalcooleiro de Rubiataba**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – FACER – Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, Rubiataba, 2008.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RONCANGLIO, Cynthia; JANKE, Nadja. **Sociedade contemporânea e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: IESDE, 2006.

RUBIATABA – GO). **Lei Municipal nº 1.203**, de 05 de Novembro de 2008.

WESTWOOD, John. **O plano de marketing: como elaborar um plano de marketing competente, objetivo e vencedor**. São Paulo: Makron Books, 1991.

Revisado por

Célia Romano do Amaral Mariano

Biblioteconomista CRB/1- 1528

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário para a coleta de dados para TCC 2009.

1) Gênero: a- () Masculino b- () Feminino

2) Faixa etária (idade): a- () Menos de 20 anos b- () 21 a 30 anos
c- () 31 a 40 anos d- () 41 a 50 anos e- () Mais de 50 anos

3) Você é acadêmico (a) de qual curso da FACER?

a- () Administração b- () Curso à Distância pela Unopar c- () Direito
d- () Técnico em Segurança do trabalho.

4) Marque a opção da área em que você reside no município de Rubiataba.

a- () No meio rural; b- () Na zona urbana.

5) Você considera que seus conhecimentos sobre Educação Ambiental são:

a- () Suficientes; b- () Insuficientes; c- () Não tem conhecimento

6) Você tem conhecimento quanto ao atual estado de degradação do meio ambiente em Rubiataba?

a- () Sim; b- () Não;

7) Você se preocupa com a situação atual de degradação do meio ambiente em Rubiataba?

a- () Sim; b- () Não; c- () Indiferente

8) Você está satisfeito com a preocupação e as ações nos serviços do poder público para a preservação ambiental em Rubiataba?

a- () Sim; b- () Não.

9) Você tem feito ou pretende fazer algo para contribuir na Educação Ambiental e na preservação do Meio Ambiente em Rubiataba?

a- () Sim; b- () Não.

10) Você considera que a Educação Ambiental é um instrumento necessário para o desenvolvimento da sociedade rubiatabense?

a- () Sim; b- () Não.

11) Em se preocupando com a situação atual de degradação do meio ambiente, tal preocupação seria a nível (Marque somente uma opção):

a- () Familiar; b- () Estadual; c- () Municipal; d- () Nacional;
e- () Global. f- () Todos os níveis

APÊNDICE B

DADOS DA ALUNA

Nome: Beatriz Arriel Gonzaga

Nº da Matrícula: 0414230601

Endereço: Av. Saranhão, nº 256 – Bela Vista.

Cidade: Rubiataba

Estado: Goiás

CEP: 76.410-000

Tel. Cel.: (62) 8406-3052

E-mail: beatriz-arriel@hotmail.com

Área do estágio: Administrativa

Instituição: ACRENN – Associação Camponesa da Regional Norte e Nordeste.

Cidade: Campinorte

ESTADO: Goiás

Endereço: Av. Central, nº 237, Centro.

Responsável pelo estágio: Aparecida Silva Borges.

Telefone: (62) 3325-1271

ANEXO



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA

Lei Municipal nº 1.203/2008

Rubiataba, 05 de novembro de 2008.

Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e ELE, sanciona a seguinte LEI:

Art.1º Esta Lei institui a **Política Municipal de Educação Ambiental no Município de Rubiataba**, em consonância com a legislação federal e estadual pertinente em vigor.

Art. 2º Para os fins e objetivos desta Lei, define-se Educação Ambiental, como um processo contínuo e transdisciplinar de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência sobre as questões ambientais e para a promoção de atividades que levem a participação das comunidades na preservação do patrimônio ambiental, sendo um meio de promover mudanças de comportamentos e estilos de vida, além de disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades rumo a sustentabilidade.

Art. 3º A educação ambiental, direito de todos, é um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Art. 4º Os princípios básicos da Educação Ambiental são:

- I - o enfoque humanístico, sistêmico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico, político e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, a saúde pública, comunicação, o trabalho e as práticas sócio ambientais; -
- V - a garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo com todos os indivíduos e grupos sociais;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões sócio ambiental local, regional, nacional e global;
- VIII - o respeito e valorização da pluralidade, da diversidade cultural e do conhecimento e práticas tradicionais;
- IX - a promoção da equidade social e econômica;



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA

X - a promoção do exercício permanente do diálogo, da alteridade, da solidariedade, da co-responsabilidade e da cooperação entre todos os setores sociais;

XI - estimular o debate sobre os sistemas de produção e consumo, enfatizando os sustentáveis.

Art. 5º Os objetivos fundamentais da Educação Ambiental no Município de Rubiataba são:

I - a construção de uma sociedade ecologicamente responsável, economicamente viável, culturalmente diversa, politicamente atuante e socialmente justa;

II - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações envolvendo aspectos ecológicos, históricos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, tecnológicos e éticos;

III - a garantia da democratização e a socialização das informações sócias ambientais;

IV - a participação da sociedade na discussão das questões sócio ambientais fortalecendo o exercício da cidadania e o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética;

V - o incentivo à participação comunitária ativa, permanente e responsável na proteção, preservação e conservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

VI - incentivar a formação de grupos voltados para as questões sócias ambientais nas instituições públicas, sociais e privadas;

VII - o fortalecimento da integração entre ciência e tecnologia, em especial o estímulo à adoção de práticas sustentáveis que minimizem os impactos negativos sobre o ambiente;

VIII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;

IX - o desenvolvimento de programas, projetos e ações de educação ambiental integrados ao Plano Diretor, ao zoneamento ambiental, eco turismo, mudanças climáticas, à gestão dos resíduos sólidos e do saneamento ambiental, à gestão da qualidade dos recursos hídricos, e uso do solo, do ar, ao manejo dos recursos florestais, à administração das unidades de conservação e das áreas especialmente protegidas, ao uso e ocupação do solo, à preparação e mobilização de comunidades situadas em áreas de risco tecnológico, risco geológico e risco hidrológico, ao desenvolvimento urbano, ao planejamento dos transportes, ao desenvolvimento das atividades agrícolas e das atividades industriais, ao desenvolvimento de tecnologias, ao consumo e à defesa do patrimônio natural, histórico e cultural.

Art. 6º No âmbito da Política Municipal estabelecida por esta Lei compete ao Poder Público promover:

I - a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável no planejamento e execução das políticas públicas municipais;

II - a educação ambiental em todos os níveis de ensino;

III - a conscientização da população quanto à importância da valorização do meio ambiente, da paisagem e recursos naturais e arquitetônicos da cidade, com especial foco nas lideranças locais e em especialistas com capacidade de multiplicação;

ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA

IV - o engajamento da sociedade na conservação, recuperação, uso e melhoria do meio ambiente, inclusive com utilização de meios de difusão em massa; e

V - meios de integração das ações em prol da educação ambiental realizadas pelo poder público, pela sociedade civil organizada e pelo setor empresarial.

Art. 7º A Política Municipal de Educação Ambiental compreende todas as ações de educação ambiental implementadas pelos órgãos e entidades municipais, bem como as realizadas, mediante contratos e convênios de colaboração, por organizações não governamentais e empresas.

Art. 8º Na determinação das ações, projetos e programas vinculados à Política Municipal de Educação Ambiental, devem ser privilegiadas as medidas que comportem:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção de material educativo e sua ampla divulgação; e
- IV - acompanhamento e avaliação.

Art. 9º A capacitação de recursos humanos, voltada para o ensino formal e não formal, comporta as seguintes dimensões:

- I - a incorporação da dimensão ambiental durante a formação e a especialização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- e
- III - a formação e atualização de profissionais especializados na área de meio ambiente.

Art. 10. As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

- I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma transversal e interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- II - a difusão de conhecimentos e de informações sobre a questão ambiental;
- III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando à participação das populações interessadas na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;
- IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas da capacitação na área ambiental;
- V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais.

Art. 11. Na produção de material educativo deverá ser observada a identificação de seu público-alvo, com vistas à determinação da linguagem e mensagem apropriadas, bem como a exposição e a valorização do patrimônio ambiental do município de Rubiataba.

Parágrafo único. Na exposição do patrimônio ambiental, o material educativo deverá privilegiar a divulgação de marcos ambientais, assim compreendido os bens naturais considerados identificadores da cidade.





ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA

Art. 12. Entende-se por educação ambiental no ensino formal a desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições escolares públicas e privadas, englobando:

- I - educação básica, infantil e fundamental;
- II - educação média e tecnológica;
- III - educação superior e pós-graduação;
- IV - educação especial; e
- V - educação para populações tradicionais.

Parágrafo único. As iniciativas de educação ambiental no ensino formal implementada ou apoiada pelo Poder Público Municipal deverão contemplar, prioritariamente, a educação básica.

Art. 13. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, transdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não será implantada como disciplina específica no currículo escolar da rede pública municipal, salvo em atividades de extensão, de caráter complementar e extracurricular.

§ 2º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 14. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atenderem adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Municipal de Educação Ambiental.

Art. 15. Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre a temática ambiental, e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio-ambiente, realizadas à margem das instituições escolares.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, o Poder Público Municipal incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, de programas educativos e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação das escolas, das universidades e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com as escolas, as universidades e as organizações não-governamentais; e

IV - o trabalho de sensibilização junto às populações tradicionais ligadas às Unidades de Conservação, bem como a todas as comunidades envolvidas.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA

Art.16. O Sistema Municipal de Educação Ambiental compreende a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA e o Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não importa em vedação a que os demais órgãos e entidades municipais implementem ações de educação ambiental, desde que observados os ditames desta Lei e os fixados no âmbito do Sistema Municipal de Educação Ambiental.

Art.17. À Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na qualidade de órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental, compete:

I - definir diretrizes e elaborar, de forma participativa, o Programa Municipal de Educação Ambiental;

II - definir diretrizes dos programas e projetos, no âmbito da política municipal de educação ambiental, bem como articular, coordenar, executar, supervisionar e monitorar a implantação de suas ações,

III - participar na negociação de financiamentos a programas e projetos na área de educação ambiental;

IV - acompanhar e avaliar, permanentemente, a Política e o Programa Municipal de Educação Ambiental;

V - articular junto ao governo federal e estadual, na implementação e monitoramento das Políticas, programas e projetos no âmbito municipal, contribuindo para a existência de um forte Sistema Nacional de Educação Ambiental.

§ 1º Para fins de planejamento e execução de planos, programas e projetos de educação ambiental, o órgão gestor deverá, além de ouvir o CONSEMA, na forma da Legislação em vigor, constituir uma comissão multidisciplinar de Educação Ambiental (CMEA) de assessoramento, não governamental, órgão colegiado de caráter deliberativo, composto por representantes de universidades, organizações do terceiro setor e empresas com responsabilidade social, com a finalidade de apoiar o órgão gestor na implantação da Política Estadual de Educação Ambiental, de apreciar, formular, propor e avaliar programas, projetos e ações de educação ambiental e exercer o controle social.

§ 2º Competirá à Comissão Multidisciplinar de Educação Ambiental (CMEA) a que se refere o parágrafo anterior:

I - Apresentar, até 30 de abril de cada ano, propostas de projetos, com os respectivos dimensionamentos de recursos, para fim de subsidiar os projetos de leis orçamentárias;

II - Assessorar o órgão gestor na promoção de uma conferência anual de avaliação da política municipal de educação ambiental, com a presença de representantes do setor público, da sociedade civil e das empresas que desenvolvam iniciativas de educação ambiental; e

III - Propor, até 15 de janeiro de cada ano, um tema a ser priorizado nas campanhas de educação ambiental, observado o disposto no parágrafo único do artigo 9º desta Lei.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no inciso III do parágrafo anterior, toda e qualquer ação desenvolvida ou apoiada pelo Poder Público Municipal no âmbito da Política estabelecida por esta Lei deverá comportar métodos de monitoramento e avaliação.



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA

Art.18. A implementação de planos, programas e projetos de educação ambiental no âmbito do ensino formal devem ser submetida à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação, observada a legislação em vigor.

Art.19. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal da Educação e os demais órgãos do Município de Rubiataba, deverão consignar em seus orçamentos recursos necessários ao desenvolvimento de programas, projetos e ações de educação ambiental.

Art. 20. A seleção de planos e programas para alocação de recursos públicos em Educação Ambiental deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com princípios, objetivos e diretrizes da Política Municipal de Educação Ambiental;

II - economicidade, medida pela relação e magnitude dos recursos a alocar e o retorno sócio ambiental, utilizando-se indicadores qualitativos e quantitativos;

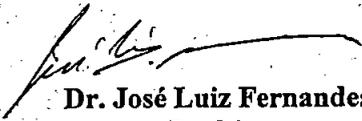
III - análise da sustentabilidade dos planos, programas e projetos em Educação Ambiental que deverá contemplar a capacidade institucional e a continuidade dos planos, programas e projetos.

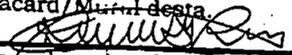
Art. 21. Os projetos e programas de assistência técnica e financeira realizados, direta ou indiretamente, pelo Poder Público Municipal, relativos a meio ambiente e educação, deverão, sempre que possível, conter componentes de educação ambiental.

Art. 22. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA, Estado de Goiás, aos 05 dias do mês de novembro de 2008.


Dr. José Luiz Fernandes
Prefeito

CERTIDAO PUBLICAÇÃO
PREFEITURA MUN. DE RUBIATABA GO
CERTIFICO (AMOS) que a lei/Decreto
nº 203 de 05/11/08 foi publicada
de 05/11/08 a 05/12/08
no Placard/Mural desta

Carimbo e Ass do Responsável
PREFEITURA MUN. DE RUBIATABA GO/
INSTITUTO